


STJ00120752
Flavio Henrique Albuquerque de Freitas



A Liberdade de Expressão do Juiz Brasileiro

O conflito entre os princípios da dignidade da
função jurisdicional e a liberdade de se expressar

Prefácio pela Ministra Maria Elizabeth
Guimarães Teixeira Rocha, do STM.
Apresentação feita pelo General de Divisão,
Romeu Costa Ribeiro Bastos



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco dados, sem a expressa autorização do editora.



DIALÉTICA
EDITORA

Copyright © 2024 by Editora Dialética Ltda.

Copyright © 2024 by Flavio Henrique Albuquerque de Freitas.

 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha

Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira

Prof. Dr. Tiago Aroeira

Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Coordenadora Editorial

Kariny Martins

Produtora Editorial

Yasmim Amador

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Cecília Schell

Diagramação

Cecília Schell

Preparação de Texto

José Rômulo

Revisão

Responsabilidade do autor

Auxiliar de Bibliotecária

Laís Silva Cordeiro

Assistentes Editoriais

Rafael Andrade

Ludmila Azevedo Pena

Thaynara Rezende

Estagiários

Giovana Teixeira Pereira

Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- F866l Freitas, Flavio Henrique Albuquerque de.
A Liberdade de Expressão do Juiz Brasileiro : o conflito entre os princípios da dignidade da função jurisdicional e a liberdade de se expressar / Flavio Henrique Albuquerque de Freitas. – São Paulo : Editora Dialética, 2024.
144 p.
Bibliografia.
ISBN 978-65-270-2185-8
1. Liberdade de Expressão. 2. Dignidade da Função Jurisdicional. 3. Juiz. I. Título.

CDD-340

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 15

1 DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO | 21

- 1.1 Delimitação conceitual, características e funções | 23
- 1.2 Positivção no Direito brasileiro | 27
- 1.3 Análise no Direito comparado | 34

2 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA FUNÇÃO JURISDICIONAL | 45

- 2.1 Delimitação conceitual, características, funções e aspectos constitucionais | 46
 - 2.1.1 Norma jurídica e norma de direito fundamental: aspectos conceituais | 46
 - 2.1.2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 | 49
- 2.2 Caracterização da normativa do direito fundamental à dignidade da função jurisdicional: análise dos instrumentos infraconstitucionais e infralegais | 52
 - 2.2.1 Princípios de Bangalore e Códigos de Ética de Conduta Judicial | 52
 - 2.2.2 Lei Orgânica da Magistratura | 56
 - 2.2.3 Código de Ética da Magistratura | 61
 - 2.2.4 Provimento nº 71/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça – CNJ | 65
 - 2.2.5 Resolução nº 305/2019 do CNJ | 67

3 COLISÃO ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO MAGISTRADO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA FUNÇÃO JURISDICIONAL E AS CIRCUNSTÂNCIAS A SER CONSIDERADAS NO JÚZO DE SOPESAMENTO | 73

- 3.1 Regras e princípios: definição, características e critérios para solução de conflitos | 74
- 3.2 Colisão entre o direito à liberdade e o direito à dignidade da pessoa humana | 79

- 3.3 **Sopesamento como método para solução de colisões entre princípios de direito fundamental | 84**
 - 3.3.1 Subprincípios envolvidos no juízo de sopesamento: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito | 86
 - 3.3.2 Aplicação dos subprincípios envolvidos no juízo de sopesamento | 90
- 3.4 **Circunstâncias a ser consideradas no juízo do sopesamento para solução da colisão | 97**
 - 3.4.1 Espaço em que o discurso é proferido: discurso jurisdicional e discurso nas relações privadas | 98
 - 3.4.2 “Lugar de fala” do juiz e o princípio do sopesamento | 106
 - 3.4.3 Conteúdo do discurso: conteúdos especificamente vedados por norma jurídica | 112

CONCLUSÃO | 123

REFERÊNCIAS | 129